

O presidente da República examina esta semana a proposta orçamentária para 1989, num contexto de duplas dificuldades: primeiro, o país não agüentará por muito tempo mais conviver com a inflação que tomou conta de todo o seu corpo econômico. Nessas condições, espera-se de um Orçamento que ele seja austero. Segundo, o Governo Federal terá que abrir mão de receita para compatibilizar a arrecadação tributária com as transferências para os estados e municípios, determinada pela Constituinte, o que diminuirá sua caixa. O endividamento financeiro, que poderia permitir empurrar os problemas para diante, está nos seus limites. De onde, portanto, podem-se esperar soluções?

O governo perdeu, há muitos anos, sua capacidade para poupar e para impulsionar investimentos. As empresas estatais, que monopolizaram vastos setores da economia, funcionam hoje pressionando por tarifas sem qualquer compromisso com o aumento da produtividade. Inexistem casos concretos e consistentes de empresas públicas que possam demonstrar uma capacidade constante para reajustar suas tarifas abaixo do Índice Geral de Preços (IGP). Tal compromisso é ignorado pelo Estado brasileiro. Todos lutam para aumentar seus preços e tarifas dentro e, se possível, acima da inflação.

Pior que isso, instalou-se a prática do calote entre os estados e a União, como escandalosamente vem ocorrendo entre a empresa de energia elétrica

do estado de São Paulo e Furnas. A primeira não paga à segunda, que resolveu abrir em público suas baterias contra o calote partido do estado mais rico do país.

Sobrecarregado com problemas, o próximo Orçamento da República só será realista se demonstrar que o Governo está disposto a praticar e a administrar a austeridade em todas as frentes. Mais que isso, é preciso demonstrar também que pode abrir um horizonte para a retomada dos investimentos pelo setor privado, virando uma página sobre o modelo esgotado das empresas públicas, autarquias e empresas mistas. A promiscuidade do calote entre estados e União é um reflexo da moratória na dívida externa, e não pode continuar, ainda quando este seja um ano de alta tensão política.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento estão no caminho certo, quando propõem uma política industrial competitiva e um fim para os subsídios. O orçamento da União é uma peça importante para dar consistência a esse processo. É preciso ver se teremos um orçamento que vai transferir renda para o Estado (mantendo suas aberrações e convivências espúrias) ainda quando isso se faça a título de recompor perdas de arrecadação. O ponto-chave neste momento da economia nacional é definir como reacelerar a taxa de investimentos, com que recursos, com que fontes e sob que cordões de controle e comando.